

## **PRONERA RONDÔNIA 2005-2008: PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS**

**Nelbi Alves da Cruz** - UNIR

Email: nelbiac@ig.com.br

**Resumo:** Analisa o desenvolvimento de um projeto de Escolarização de jovens e adultos-1º seg. em Rondônia envolvendo 1700 assentados e acampados pertencentes aos movimentos sociais do campo. Utilizou-se de uma pesquisa-ação realizando 320h de formação pedagógica, visitas, reuniões, tendo como resultado a capacitação de 112 educadores, 13 coordenadores e 13 bolsistas e a promoção de acesso à leitura e escrita com consciência organizativa de camponeses desse Estado.

**Palavras-chave:** política; educação; movimentos

### **INTRODUÇÃO**

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, como parte da política pública no campo, está vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA e incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Esse programa foi criado como resultado da luta dos movimentos sociais organizados desde a década de 1980, e especificamente por meio das Conferências Nacionais de Educação do Campo, capitaneada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, Movimento da Pedagogia da Alternância, Comissão pastoral da Terra – CPT, as Universidades Federais, dentre outros.

O marco de criação do PRONERA para os movimentos foi em abril de 1998, trazendo a esperança de contribuir, significativamente com a educação dos camponeses de todo o País, desde a alfabetização de jovens e adultos até aos cursos de formação em nível superior, especialização e, atualmente desenha-se cursos em nível de mestrado. Dessa maneira a realidade existente no âmbito da questão agrária mostra-se uma grande demanda por uma educação em quantidade e qualidade, conforme revelou uma pesquisa realizada em 2004 nos 5595 Projetos de Assentamento – PA de todo o Brasil, entre o MDA/INCRA/PRONERA, em parceria com o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), constatando-se:

- A presença de 8.679 escolas, sendo que 84,1% oferecem o nível de 1ª a 4ª série, 26,9% nível de 5ª a 8ª série e apenas 4,3% têm oferta de Ensino Médio;
- 23% dos assentados e assentadas não são alfabetizados;
- Em relação à frequência, 38% dos assentados e assentadas frequentam a escola, sendo que 16% em classes de alfabetização. De acordo com a idade a frequência ocorre da seguinte forma: 5,1 % das crianças estão na educação infantil, 48,4% na educação fundamental de 1ª a 4ª série; 28% no ensino fundamental de 5ª a 8ª série e apenas 7,5% no Ensino Médio. Sendo a

proporção de 1,3% das famílias que possuem um membro cursando a educação superior;

- 80% das escolas estão dentro dos Projetos de Assentamento e 20% estão fora, tendo as crianças e jovens que percorrerem uma distância média de 8 km para chegarem à escola, sendo que 70% delas vão a pé e cerca de 20% utilizam ônibus ou transporte escolar;
- As escolas, dentro dos PA, funcionam da seguinte maneira: 13% em galpões, ranchos, casas de farinha; 7% na casa do professor; 1% na Igreja e 5% em outros lugares;
- Em relação à infra-estrutura, 38,3% das escolas têm apenas uma sala de aula; 22,8% duas salas; 7,5% três salas; 7,6% quatro salas e 13,8% têm cinco salas ou mais.

De acordo com esses dados evidenciou-se que era necessário um investimento massivo na construção de novas escolas, promover a formação de educadores do campo, levar a energia elétrica para as famílias, ampliar o nível de escolaridade dos acampados e assentados, criar as condições de acesso e permanência na escola como um direito subjetivo do cidadão do campo, enfim melhorar as condições de vida desses camponeses, que por conseqüência ampliaria as expectativas de permanecer no campo. Também, como na atualidade as famílias preferem a escola dentro do assentamento com autonomia pedagógica e administrativa, ou seja, uma escola do camponês para o camponês.

No que se refere às ações desenvolvidas para suprir essas necessidades, segundo dados do INCRA (2005), o PRONERA no período de 1998 a 2002 foi responsável pela escolarização e formação de 122.915 trabalhadores e trabalhadoras rurais assentadas e assentadas. De 2003 a 2006, promoveu acesso à escolarização e formação para 247.249 jovens e adultos assentados e assentadas e capacitou cerca de 300 profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias para atuarem na Assessoria Técnica, Social e Ambiental junto aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e agricultura familiar. No entanto o programa tem funcionado desde então como estimulador e articulador de outras políticas públicas.

Além dessas ações pode-se considerar como ação do PRONERA, por meio de sua constituição a aprovação em 03 de abril de 2002 pelo Conselho Nacional de Educação - CNE a Resolução CNE/CEB n.º 01/2002 que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, a fim de direcionar as políticas de Educação do Campo a serem desenvolvidas pelos sistemas de ensino.

Assim na atualidade, embora com todos os cortes orçamentários que vem sofrendo em virtude da “crise” o PRONERA tem proporcionado a formação acadêmica dos assentados nos estados da federação promovendo uma educação crítica e construtiva em termos de uma sociedade mais humanitária e socioambientalista.

## **PRONERA EM RONDÔNIA: O DESAFIO DE EDUCAR NOVOS HOMENS E MULHERES DO CAMPO**

O Programa funciona no Estado de Rondônia desde 1999, por meio do projeto de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, incluindo a alfabetização, ensino fundamental e um curso de Graduação em Pedagogia da Terra (52 alunos formados em 2007); fornecendo bolsas de estudo para os estudantes das Escolas Famílias Agrícolas – EFAs.

Especificamente aqui nos referimos ao projeto de “Escolarização de jovens e adultos - 1º segmento do Ensino Fundamental e Formação Continuada de Educadores do Campo nas Áreas de Reforma Agrária do Estado de Rondônia, cuja meta foi proporcionar a conclusão da 4ª série do ensino fundamental para 1700 educandos, sendo que para isso foi envolvido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Federações dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRO, Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – RO, Fundação Rio Madeira (RIOMAR), Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, a Cooperativa de Trabalho Agro-Ambiental de Rondônia – COOTRARON, dentre outros, cujas funções foram: definir os educandos de 22 municípios, 112 educadores e 13 coordenadores locais; a selecionar 13 estudantes bolsistas, 02 professores e 03 formadores, repasse dos recursos, executar o projeto e apoiar o desenvolvimento do trabalho sob as orientações teóricas de Paulo Freire, respectivamente.

Em relação aos objetivos do Projeto estes foram de desenvolver ações de EJA nos assentamentos da reforma agrária situados no Estado de Rondônia, visando a escolarização de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental para Jovens e Adultos, de forma que tais ações possibilitem uma leitura crítica de mundo, a inserção no mundo do trabalho e uma conseqüente intervenção na melhoria de qualidade de vida no meio rural; desenvolver processo de capacitação para educadores do campo, coordenadores locais e alunos bolsistas, com vistas a organizar e executar as atividades educacionais com Jovens e Adultos nos assentamentos; e, auxiliar os educadores e coordenadores locais no processo de composição da turma; planejamento de aulas e avaliação. Especificamente a finalidade estava em Escolarizar os jovens e adultos dos assentamentos da Reforma Agrária em Rondônia oferecendo o ensino do 1º segmento do ensino fundamental de 1ª à 4ª série; capacitar a equipe formadora do projeto, educadores, alunos bolsistas e coordenadores locais que

atuarão diretamente com os beneficiários do Projeto, oferecendo-lhes subsídios teóricos – metodológicos e momentos de reflexão e avaliação sobre a sua prática pedagógica, garantindo que suas intervenções ocorram de forma produtiva e qualitativa; e, acompanhar o processo de ensino e da aprendizagem nos espaços de estudos deste projeto, buscando alcançar seus objetivos, metas e atividades previstas para serem desenvolvidas.

Este projeto, conforme seu relatório (2008) fez uma opção de classe e uma opção em assumir os princípios da educação popular. Dentro dessa concepção os educadores/as conseguiram criar em suas salas de aula um espaço de diálogo, de troca de experiências. As características principais da formação dos Educadores/as foram:

- Incorporação das metodologias e dos princípios pedagógico-filosóficos da educação libertadora;
- A análise sobre o trabalho no campo, das políticas agrícolas e dos modelos de agricultura impostos pelos países imperialistas;
- Articulação entre os conteúdos oficiais e os saberes do campo a partir de uma análise histórico-crítica.

Pensou-se, ao reformular a proposta pedagógica desse projeto, num conjunto de transformações que a realidade amazônica vem exigindo, daí porque trabalhamos com princípios, valores, conceitos que se combinam com o compromisso de intervenção social, entendida como vínculo a projetos de desenvolvimento regional ligados a um novo modo de produzir no campo, com o compromisso com a cultura dos povos do campo por meio da educação humanística, pela memória histórica e pela reafirmação da identidade camponesa, ou seja, o desenvolvimento que está incluído a humanidade como elemento importante na construção de um novo mundo e não como objeto de consumo, uma numerologia.

Nosso projeto pedagógico esteve voltado prioritariamente para a reapropriação do conhecimento adquirido pelos educadores/as populares a partir de suas experiências, a observação às novas contribuições referente à produção do conhecimento e métodos de ensino-aprendizagem. Por isso procuramos em nossa prática educativa:

1- Articular o local com o global mediante processos educativos participativos que relacionem elementos étnicos, culturais, sociais, etc.

2- Desenvolvimento de uma proposta educativa que reconhecesse a importância da educação ao longo da vida para o crescimento social e pessoal dos seres humanos, possibilitando aos sujeitos envolvidos no processo de escolarização a reflexão sobre a globalização e os enfoques neoliberais, de forma que possam desenvolver uma consciência crítica e organizativa para resistir contra a ofensiva imperialista atuante na Amazônia.

Por essa razão o currículo foi diversificado, absorvendo os conteúdos oficiais desse nível de escolaridade e articulando-o a realidade sócio-cultural dos camponeses e valorizando seus saberes. Isso permitiu contar com a validade das experiências e incentivar nos sujeitos educativos a aprendizagens diversas. Para desenvolver a proposta planejamos o processo educativo a partir das práticas culturais dos assentados e a sala de aula foi o espaço privilegiado para essa manifestação. Por meio do diálogo educadores/as e educandos/as problematizam a realidade e a interligam com os conteúdos formais das séries iniciais. Durante todo o processo reafirmou-se que o saber é construído pela mediação da linguagem oral. Homens e mulheres do campo na relação com o outro estabeleceram o ensino- aprendizagem construídos historicamente na prática social e fortaleceram sua identidade camponesa, sua cultura e seus valores.

Conforme o projeto do curso as aulas foram organizadas em 15 horas aulas presenciais por semana. A forma de dispor sobre essas aulas ficou a critério de cada turma. Foram os próprios alunos quem decidiram sobre o horário das aulas, portanto, uma diversidade de situações: houve turmas que só funcionaram nos finais de semana (durante todo o dia); turmas que funcionaram do amanhecer às sete horas; turmas que funcionaram a partir das 18 horas, para aproveitar um pouco da claridade do dia; turmas que funcionaram quatro vezes por semana; outras cinco; outras três com maior número de horas, enfim. Não interferimos nessas escolhas e orientamos para que os horários se adaptassem às necessidades dos alunos, o importante eram as quinze horas serem cumpridas e os alunos permanecerem participando. O projeto adaptou-se ao aluno, não o aluno ao projeto, pois afinal, ele é o sujeito do processo educativo.

Em relação à formação dos educadores foram realizadas 320h de formação pedagógica em locais que permitiram o envolvimento de todos, desde a organização do ambiente por meio de atividades práticas até a produção dos materiais e o planejamento das aulas para os próximos dois meses. Porém, para os bolsistas e coordenadores locais eram feitos encontros para orientações sobre a organização dos relatórios, prestação de contas e planejamento das visitas pedagógicas.

Na execução do processo de ensino-aprendizagem os educadores eram orientados nos encontros de formação e, posteriormente era feita uma visita pedagógica, em locus, pelos bolsistas do Programa, cuja tarefa era orientar a prática educativa. Assim, nestas visitas eram feitas reuniões com os educandos, levantamento da problemática encontrada, entrega e orientação do uso dos materiais didático-pedagógico, elaboração de planos de aula, dentre outras tarefas importantes na *ensinagem* dos educandos, cuja finalidade se resumia em ir além

da escolarização, ou seja, era para serem lutadores do povo, que baseado em Bogo (2000), resumidamente podem ser apresentados como sendo: a solidariedade, significando buscar alternativas para elevar o ser humano a uma nova categoria, tanto na qualidade de vida quanto na qualidade da consciencia e na construção de novos valores; a indignação entendida como a capacidade de Indignar-se contra as injustiças e contra as atitudes de quem as comete; o compromisso sendo uma atitude de permanente vigilância sobre os propósitos feitos coletivamente; a coerência com a história e com as origens; a esperança que nos ajuda a entender que não existem derrotas definitivas, pois a esperança é como água que umedece o leito da estrada, no subsolo. Por mais que se tente soterrá-la, sempre surpreende e renasce mais adiante; A Confiança como sendo o primeiro fator para a recuperação da auto-estima das pessoas, pois embora muitas vezes não enxerguemos a linha do horizonte por causa da neblina, ela está lá, em algum lugar. Para vê-la, precisamos continuara caminhando; a alegria significando que a luta para os revolucionários não é martírio, é um prazer, pois está construindo o caminho que leva a conquista dos sonhos coletivos; a ternura reconhecendo que há vida em tudo e desta forma acreditar que um ser humano consegue chegar a plenitude do amor e poderá neutralizar o ódio de milhões; a Mística em forma de utopia, pois devemos contestar a ideologia da incerteza sobre o futuro, como se o projeto da sociedade igualitária e a busca da perfeição não fossem mais possíveis; os Símbolos entendidos como mais do que nunca fundamentais para recuperar e desenvolver no imaginário e na prática social a importância destes para fazer frente ao processo de alienação e despolitização das relações sociais.

Todos esses valores faziam parte da formação dos educadores, bem como os materiais que foram produzidos e organizados pelas três formadoras e a coordenação. Também foi utilizado o livro didático adquirido das editoras, mas que não atendia as necessidades, pois, faziam referência á realidades urbanas periféricas de grandes Centros, e por vezes descontextualizadas das características da vida camponesa. Isso necessariamente instiga os educadores a serem criativos e reinventarem suas práticas cotidianas, a fim de garantir o avanço literário dos educandos de forma consciente e criteriosa, pois segundo Freire (1996) a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática ativismo. Além disso, o referido autor afirma que,

O professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigorosidade do pensar certo, nega, como falsa, a fórmula farisaica do 'faço o que mando e não o que eu faço'. Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo (FREIRE, 1996, p. 38).

Dessa forma os educadores do PRONERA 2005-2008 buscavam na realidade os elementos geratrizes da leitura da palavra e, acima de tudo, por estarem morando e vivenciando a problemática dos assentamentos, necessariamente deveriam educar com o exemplo, pois do contrário perderiam o crédito para com os educandos.

Outro elemento crucial no projeto diz respeito à estrutura física em virtude dos centros educativos não possuírem espaços adequados para as aulas (fotografia 1). Além disso, muitos deles não possuíam energia elétrica e, para o funcionamento das aulas no período noturno era necessário a iluminação com lampiões que funcionavam com gás. Vale ressaltar que com as salas pouco iluminadas dificultava a aprendizagem e a permanência dos educandos, tendo em vista que mais de 60% deles tinham algum grau de dificuldade visual e por isso muitos evadiam. Igualmente, os Centros estavam localizados distantes das residências dos educandos, embora tenham sido pensados em espaços mais centralizados, dificultavam o acesso, pois quase todos os que estudavam não possuíam meios automotivos para irem até a escola e o poder público não disponibilizava o transporte. Portanto, além dessas dificuldades ocorriam os percalços da burocracia pelos órgãos executores, bem como a concedente que efetuava o repasse dos recursos posterior ao aprovado no plano de trabalho.



Sala de aula- Joana D'Arc- Porto Velho-RO, Cruz, 2008.

Por outro lado, espaços como estes foram construídos pelos próprios educandos, por meio de mutirões com toda a comunidade. Salienta-se que das 112 salas aproximadamente 80% delas funcionavam em locais idênticos a esse ou até em condições inferiores. A partir dessa forma de perceber a construção de infraestrutura para as áreas de reforma agrária o Programa não disponibilizava recursos para a construção, bem como fundos para a contratação de mão de obra para construí-las. Então, ao invés dessa lógica atrapalhar a luta ou

criar comodismos, o efeito funcionava ao inverso, na medida que nos encontros e assembléias do assentamento a pauta era busca por melhoria das condições da sala de aula e a construção de uma escola de qualidade para todos daquele *espaçotempo*.

Quanto à evasão esta ocorreu devido à paralisação por um ano do Projeto, distância trabalho e dificuldade visual. Além disso, houve atraso no repasse dos recursos e morosidade na execução, apesar de ter havido pressões constantes, por parte dos movimentos sociais e coordenação. Assim considera-se relevante a implementação de uma política pública além do PRONERA para o campo, a fim de garantir os direitos fundamentais subjetivos dos habitantes desse *espaçotempo*

Outro elemento preocupante no refere ao desenvolvimento do projeto foi a evasão escolar, conforme ocorre na maioria das salas de aula de EJA brasileiras, tendo como motivo central a aquisição dos óculos, seguido do cansaço do trabalho pesado na lavoura e a distância da sala de aula. No entanto, pelos testemunhos dos educandos, notou-se um aumento da confiança na capacidade de aprender, maior participação e envolvimento em questões relacionadas com o assentamento/acampamento, o crédito de muitos na possibilidade de continuar os estudos, e, acima de tudo o grande interesse em aprender a escrever a *palavra-mundo* dentre outros aspectos relevantes proporcionados pelo projeto, conforme depoimento de um educando de Educando de Machadinho D'Oeste, por ocasião do II Encontro Estadual do PRONERA – RO (fotografia 2).

*“Antes era cego e não enxergava. Hoje poso ler na igreja, ler as cartas, ler jornal, anotar tudo. Agora posso dizer: sei ler e escrever. Posso pegar ônibus, viajar sem pedir para os outros ler pra mim. Isso é motivo de orgulho e honra prá nós. Nós andava a pé distancia longe, mas hoje vejo o resultado. Estou pensando em continuar meus estudos. Mas preciso da ajuda de todos vocês aqui para o nosso projeto dar certo”.*



**Fotografia 2: II encontro Estadual do PRONERA – RO , Cruz, maio 2009**



Nesse encontro foi selado um compromisso dos movimentos sociais ali presentes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Ligas dos Camponeses Pobres – LCP, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Escola Família Agrícola Ezequiel Ramin, a Universidade Federal de Rondônia e Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, dentre outras organizações, em criarem outros cursos para dar continuidade aos estudos e lutarem por políticas públicas mais amplas para todos os camponeses que vivem no Estado de Rondônia. Dessa forma todas as reivindicações foram formalizadas em um documento base e encaminhadas ao Ministério Público Federal, INCRA, UNIR e a RIOMAR, para as devidas providências. Assim, o reflexo do final de um projeto lança nos corações e almas dos trabalhadores do campo, a utopia de alcançar novos patamares individuais, bem como coletivos.

### **CONCLUINDO UMA LUTA E COMEÇANDO OUTRAS**

O desenvolvimento desse projeto trouxe contribuições significativas para os camponeses das áreas de reforma agrária de Rondônia, pois ocorreu a certificação de 34,80% dos educandos que desejaram realizar as provas; 31,60% não quiseram realizar as provas e 33,60% evadiram-se, sendo que todos os concluintes aprenderam ler e escrever, além de crescerem a consciência sócio-organizativa do espaço-tempo em que moram. Portanto, a inclusão social que o camponês precisa, necessita de ações dessa natureza acompanhadas de: crédito agrícola acessível aos pequenos tanto para custeio como para a infraestrutura; acesso à saúde, principalmente a preventiva, Maiores oportunidades de lazer, distribuição de energia elétrica em todas as famílias, construção de casas em condições de serem pagas pelos assentados; construção de escolas nas áreas do assentamento fundamentadas na cultura camponesa, dentre outros investimentos estatais, a fim de garantir os direitos fundamentais da pessoa humana e, principalmente tornar concreto que “Educação é direito de todos e dever do Estado e da família, conforme prescreve a nossa constituição federal.”.

Contudo, constata-se que a “marolinha”, metáfora utilizada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva”, veio como um furacão sobre o PRONERA, pois foram feitos cortes ao redor de 62% do orçamento previsto, mantendo-se apenas recursos para os projetos em curso. Além disso, por decreto o governo cancela o pagamento de bolsas para os professores das Universidades o que veio atrasar a execução dos projetos do Programa. Outro aspecto questionável se refere a burocracia exigida para disponibilizar e

realizar a prestação de contas, haja vista que a coordenação dos projetos está nas Universidades e, em muitos casos, para se realizar uma licitação demora-se meses.

Assim, na atualidade a luta pela garantia do programa depende em grande medida dos movimentos sociais e sua capacidade de fazer valer os princípios e metas estabelecidas em 1998, momento em que foi criado o PRONERA. Dessa maneira, como resultado desse resgate, no mês de abril de 2009, houve ocupações em todos os INCRA's do País, para que o governo retorne os recursos que foram cortados da reforma agrária, principalmente na área de educação. Isso já deu sinal de melhoria em Rondônia, por meio da aprovação para funcionamento de 30(trinta) turmas de alfabetização nos assentamentos e duas turmas de 60 (sessenta) educandos a terem o curso de graduação em pedagogia da terra.

Finalmente, as experiências anteriores demonstraram que qualquer que seja o curso de formação acadêmica, que se deseje implantar, é preciso, desde o início, um coletivo que defina os rumos, as orientações, as formas de avaliação, e, acima de tudo, tenha vinculação direta com as bases, que são sem sobre dúvida, o laboratório de toda a formação das pessoas revolucionárias do amanhã e do agora. Isso começa com o exercício de desenvolver prática que os indivíduos façam o trabalho manual e intelectual simultaneamente. Eis o nosso grande desafio para formar os verdadeiros revolucionários.

## **REFERENCIAS**

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004).

BOFF, Leonardo; BETTO, Frei; BOGO, Ademar. **Valores de uma prática militante**. 4.ed. São Paulo: Consulta Popular, 2005.

BRASIL. **Plano Operacional do PRONERA**, Brasília, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Coleção leituras.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 43.ed. São Paulo: Cortez, 2002

Universidade Federal de Rondônia. **Relatório PRONERA 2005-2008**. Mimeo. Porto Velho-RO. 2008.